

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.678 - SE (2019/0100138-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : GEAP AUTOGESTAO EM SAUDE
ADVOGADO : NELSON WILIAN FRATONI RODRIGUES - SP128341
AGRAVADO : CARLA CAROLINE MENDONCA
ADVOGADO : LUCINEIDE DE BRITO CRUZ - SE007706

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PLANO DE SAÚDE DE AUTOGESTÃO - INAPLICABILIDADE DO CDC - PRECEDENTES DO STJ - APLICAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL - FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E BOA-FÉ OBJETIVA - BENEFICIÁRIA PORTADORA DE RADICULOPATIA LOMBOSSACRA (CID 10 M54.1) - RELATÓRIO MÉDICO INFORMANDO A NECESSIDADE DE CATETER EPIDURAL COM PONTA DIRIGÍVEL PARA EPIDUROPLASTIA, MODELO VERID E UM KIT PARA DISCECTOMIA PERCUTÂNEA, MODELO IDET - NEGATIVA DE COBERTURA PELA RÉ - OBRIGATORIEDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NOS MOLDES PRESCRITOS PELO MÉDICO DO BENEFICIÁRIO SOB PENA DE INVIABILIZAR OS RESULTADOS ALMEJADOS - ATO ILÍCITO E DANO MORAL CONFIGURADOS - REDUÇÃO DO VALOR - CABIMENTO - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO" (fls. 506/507, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, foi alegada a violação dos artigos 186, 188, 421, 927 e 944 do Código Civil.

A recorrente sustenta que não praticou ato ilícito a ensejar condenação em danos morais.

Além disso, afirma que o valor da indenização deve ser reduzido para melhor atender aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

O recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No caso, o Tribunal de origem condenou a ora recorrente ao pagamento de indenização por danos morais, arbitrada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com base nos seguintes fundamentos:

"(...)

É fato incontroverso nos autos, a existência de contrato de prestação de serviço médico-hospitalar entre as partes, bem como a negativa de cobertura (Negativa às fl. 40 do Processo materializado) do seguinte material: cateter epidural com ponta dirigível para epiduroplastia modelo VERID e um Kit para Discectomia percutânea, modelo IDET, solicitado pelos profissionais de saúde que acompanham a Autora (Relatórios, exames e solicitação às fls. 23/39 do Processo materializado) indicado em decorrência da patologia desse, qual seja, radiculopatia lombossacra (CID 10 M54.1), sob o argumento de que conforme parecer de sua equipe de regulação médica "Conforme estudos não há evidências de benefícios com utilização de metodologia percutânea em detrimento da técnica convencional. Dessa forma não justifica autorização de material solicitado".

Vale ressaltar, que o objeto do presente contrato é a prevenção de enfermidades bem como a recuperação, manutenção e reabilitação da saúde.

Assim é que, existindo no plano de saúde do Beneficiário cobertura para a enfermidade que a acomete (radiculopatia lombossacra - CID 10 M54.1), deve prevalecer o entendimento de que, se existe cobertura para tal patologia, a forma de tratamento necessário à recuperação do Demandante também se encontra coberta.

Repiso que os Relatórios de fls. 23/39, indicam a patologia indicada na Inicial e a necessidade de procedimento cirúrgico com utilização do seguinte material: ateter epidural com ponta dirigível para epiduroplastia modelo VERID e um Kit para Discectomia percutânea.

Desse modo, resta evidente ser defeso à Ré limitar a cobertura para o tratamento indicado pelos profissionais de saúde que assistem a beneficiária, não se mostrando razoável a exclusão de determinado exame, opção terapêutica ou de instrumental cirúrgico se essencial ao tratamento ou à melhor elucidação diagnóstica, se a patologia que a acometeu se encontra com cobertura prevista no contrato firmado entre as partes ora litigantes.

"(...)

Sendo assim, entendo que a Autora faz jus ao material indicado na Inicial, nos moldes solicitados pelos médicos que a acompanham.

No que diz respeito aos danos morais, melhor sorte não assiste à Demandada.

No que concerne ao dano moral, no caso dos autos, a Recorrente fundamentou sua defesa, bem como seu apelo no exercício regular do direito dela em negar o material solicitado, contudo, tal negativa ao tratamento da beneficiária quando se fazia extremamente necessário, fere o princípio da dignidade humana, esvazia a própria finalidade do contrato e expõe a um sofrimento desnecessário.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

O dano moral atinge a honra e a intimidade da pessoa, sendo difícil até mesmo a comprovação da sua caracterização. Não há dúvida de que a partir do momento em que a beneficiária teve negado seu direito de internamento domiciliar, houve violação à honra e imagem, devendo ser o plano de saúde compelido ao pagamento de indenização, como forma não só de tentar amenizar o sofrimento causado, como também como meio de inibir a realização de novas ações nesse mesmo sentido. Ou seja, a indenização deve obter uma finalidade inibidora e reparadora.

(...)

Caracterizada a existência do dano indenizável, passo à análise do pedido de redução do valor fixado a título de danos morais.

(...)

Faz-se mister acrescentar que o ressarcimento do dano moral não vai atender a sua completa compensação, uma vez que tem cunho mais satisfatório, procurando dessa forma recompensar o sofrimento ocasionado, de modo que o dano não pode ser fonte de lucro para quem o recebe, devendo o julgador ser moderado, sensato e comedido por ocasião do arbitramento do referido dano.

No caso em exame, tendo em vista os critérios acima considerados, entendo que o "quantum" indenizatório fixado, pelo Sentenciante monocrático, qual seja, R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) deve ser reduzido para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), já que esse é razoável, justo e proporcional, encontrando-se em consonância com circunstâncias do caso concreto.

(...) (fls. 676/683, e-STJ - grifou-se).

Com efeito, rever tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em recurso especial nos termos da Súmula nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. RECUSA INJUSTA. VALOR INDENIZATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA Nº 284/STF.

(...)

2. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da ocorrência do dano moral demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no REsp 1.421.357/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 6/8/2015 - grifou-se).

Quanto à pretensão recursal de redução do valor arbitrado a título de

Superior Tribunal de Justiça

indenização por danos morais, não é possível seu acolhimento na estreita via do recurso especial.

De fato, o Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado a título de danos morais pelas instâncias ordinárias apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que arbitrada indenização no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Demais, a referida quantia não destoa dos parâmetros adotados por esta Corte em casos análogos, consoante se colhe dos seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA INDEVIDA PARA TRATAMENTO MÉDICO. DANO MORAL CONFIGURADO. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR FIXADO COM RAZOABILIDADE. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO" (AgInt no AREsp 1397602/PB, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/8/2019, DJe 30/8/2019 - Indenização por dano moral: RS 10.000,00).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO PARA IMPLANTE DE MARCA-PASSO. RECUSA INDEVIDA. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

- 1. O Colegiado estadual julgou a lide de acordo com a convicção formada pelos elementos fáticos existentes nos autos, concluindo pela injusta negativa de cobertura ao procedimento médico solicitado. Portanto, qualquer alteração nesse quadro demandaria o reexame de todo o conjunto probatório, o que é vedado a esta Corte ante o óbice da Súmula n. 7 do STJ.*
- 2. Essa Corte possui orientação pacífica segundo a qual 'é abusiva a cláusula restritiva de direito que exclui do plano de saúde o custeio dos meios necessários ao melhor desempenho do tratamento' (AREsp n. 354.006/DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 12/8/2013). Incidência, no ponto, do óbice da Súmula 83/STJ.*
- 3. Levando-se em consideração as particularidades do caso e os parâmetros utilizados por este Tribunal Superior em situações análogas, verifico que a quantia indenizatória fixada em R\$ 10.000, 00 (dez mil reais) não se mostra desproporcional e sua revisão demandaria, inevitavelmente, o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.*
- 4. Agravo interno improvido"* (AgInt no AREsp 894.279/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/8/2016, DJe 15/8/2016).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, conforme determina o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, haja vista que já foram fixados na origem no percentual máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

